

HABEAS CORPUS Nº 560.842 - PR (2020/0031077-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : ANDRE FELIPE PELLIN BONFIM
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ANDRE FELIPE PELLIN BONFIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANDRE FELIPE PELLIN BONFIM apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 0033149-05.2019.8.16.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 4 meses e 14 dias de detenção, como incurso no crime do art. 147 do Código Penal, e de 2 meses de prisão simples, pela prática da contravenção do art. 65 do Decreto-Lei n. 3.688/1941 (Ação Penal n. 0002252-58.2018.8.16.0184). Foi-lhe cominado o regime semiaberto e indeferido o benefício do art. 44 do Código Penal, haja vista a reincidência do acusado e a presença de circunstâncias judiciais desfavoráveis. O Magistrado sentenciante, ainda, manteve a prisão preventiva visto "*que ainda restou caracterizado o descumprimento das medidas cautelares deferidas contra a vítima*" (e-STJ fl. 67).

Segundo a acusação, por cerca de 10 vezes, entre os meses de abril e julho de 2018, o paciente teria ameaçado, de mal injusto e grave, bem como perturbado a tranquilidade da ofendida, por acinte e motivo reprovável, por meio de mensagens eletrônicas encaminhadas pelo aplicativo *WhatsApp*, "*aparentemente motivado pela rejeição da vítima quanto as suas investidas sexuais*" (e-STJ fl. 21).

O Tribunal de origem conheceu parcialmente da impetração e, nessa extensão, denegou a ordem de *habeas corpus* nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 18):

HABEAS CORPUS. AMEAÇA E PERTURBAÇÃO DA TRANQUILIDADE. INSURGÊNCIA CONTRA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR IMPOSTA CONTRA O PACIENTE. NÃO CONHECIMENTO. QUESTÃO QUE NÃO RESTOU APRECIADA

PELO COLEGIADO DA TURMA RECURSAL, VIGENDO APENAS INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR PELA JUÍZA RELATORA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE AUTORIA NÃO DEMONSTRADA DE PLANO. EXAME QUE DEMANDA ANÁLISE APROFUNDADA DE PROVA. VIA ELEITA INADEQUADA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA DECISÃO QUE CONCEDEU MEDIDA CAUTELAR EM FAVOR DA VÍTIMA (ART. 319, INC. III, DO CPP) POR AUSÊNCIA DE PROVAS. NÃO ACOLHIMENTO. APRESENTAÇÃO DE INDÍCIOS ATRAVÉS DOS DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA.

No presente *writ*, a defesa alega constrangimento ilegal decorrente do pedido de prisão preventiva, uma vez que o crime de ameaça e a contravenção de perturbação da tranquilidade não são punidos com penas superiores a 4 anos. Dessa forma, incide o óbice do inciso I do art. 313 do Código de Processo Penal, o que impede a decretação da custódia cautelar.

Aduz ofensa ao princípio da homogeneidade ou proporcionalidade, tendo em vista o regime de cumprimento de pena concretamente fixado na sentença condenatória.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da segregação cautelar.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 71/73).

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 151/155).

É o relatório.

Insta consignar, preliminarmente, que a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a liberdade. Assim, a prisão de natureza cautelar revela-se cabível tão somente quando, a par de indícios do cometimento do delito (*fumus commissi delicti*), estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Decorre de comando constitucional expresse que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5º, LXI). Portanto, há de se exigir que o decreto de prisão preventiva esteja sempre

concretamente fundamentado.

No caso, são estes os fundamentos invocados para a decretação da prisão preventiva, *in verbis* (e-STJ fls. 67/68):

10. Da Manutenção da Ordem de Prisão Preventiva Nos presentes autos fora deferida medida cautelar, com o fim de que o réu não mais entrasse em contato com a vítima, conforme decisão de mov. 145, proferida em audiência. Todavia, a medida foi descumprida, razão pelo qual foi deferida a prisão preventiva, conforme mov. 187.

Pois bem, ensina Guilherme de Souza Nucci 1 que “se o réu aguardou o deslinde da instrução criminal preso cautelarmente, sem haver qualquer alteração fática, inexistente motivo para soltá-lo justamente quando a sentença condenatória é proferida”. Ainda, afirma “caso o juiz imponha ao acusado o regime aberto, não importando em que situação ele se encontra, não há cabimento em mantê-lo no cárcere, pois se confirmada a decisão, o cumprimento de sua pena se dará, praticamente em liberdade”.

No caso dos autos, o réu foi condenado a pena restritiva de liberdade em regime semiaberto, não havendo qualquer alteração fática a justificar a revogação da ordem de prisão preventiva decretada, eis que ainda restou caracterizado o descumprimento das medidas cautelares deferidas contra a vítima. Apenas em razão do réu não ter sido encontrado para cumprimento do mandado (não houve notícia nos autos), não há motivo para revogação da ordem. Aliás, o pedido de prisão preventiva foi realizado em razão do descumprimento da medida cautelar noticiado juntamente com as alegações finais da assistente de acusação, ou seja, há apenas dois meses.

Dessa forma, considerando a o descumprimento da medida cautelar ocorrida, a gravidade das ameaças proferidas, visando resguardar a vítima enquanto não se inicia a execução da pena, a ordem de prisão preventiva decretada ao mov. 187 deve ser mantida.

O exame dos excertos acima transcritos evidencia que o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal foi devidamente observado, pois foram indicados fundamentos concretos para a manutenção da prisão cautelar anteriormente imposta ao paciente.

Segundo o disposto no referido comando normativo, “o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta”.

Por tal razão, esta Corte firmou orientação de ser indispensável, por ocasião da prolação da sentença condenatória, que o magistrado fundamente, com base

em dados concretos extraídos dos autos, a necessidade de manutenção ou imposição de segregação cautelar.

No presente caso, com efeito, vê-se que a prisão foi decretada em razão de o paciente haver descumprido cautelares aplicadas no curso do processo, o que autoriza a decretação da prisão preventiva, conforme inteligência do art. 282, § 4º, c/c o art. 312, parágrafo único, ambos do Código de Processo Penal.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA.

[...]

2. O Juízo sentenciante ressaltou o descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas ao paciente (comparecimento a todos os atos do processo e comunicação de eventual alteração do endereço residencial), circunstância suficiente para demonstrar a necessidade cautelar de segregação do réu, consoante a previsão do art. 282, § 4º, c/c o art. 312, parágrafo único, do CPP.

3. Ordem denegada.

(HC 411.584/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 15/02/2018)

HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. NÃO CONHECIMENTO. ANÁLISE DO MÉRITO. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. CONDENAÇÃO. REGIME INICIAL SEMIABERTO. ADEQUAÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR AO REGIME INTERMEDIÁRIO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. O descumprimento de medida cautelar anteriormente imposta, quando da concessão da liberdade provisória, é motivo legal para a decretação da prisão preventiva. Inteligência dos artigos 312, parágrafo único e 282, § 4º, ambos do Código de Processo Penal.

Na espécie, o paciente descumpriu medida cautelar imposta, consistente no comparecimento em juízo, sempre que determinado, e por isso sua prisão preventiva foi restabelecida. Ausência de constrangimento ilegal. Precedentes.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

(HC 422.646/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 27/02/2018)

Portanto, os fundamentos acima delineados indicam a necessidade de se manter o paciente segregado, não se revelando adequado, por outro lado, possibilitar-lhe recorrer em liberdade.

Ante o exposto, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator